

**PROCESSO N° 2025032939
CONTRATO N° 003/2026
SERVIDORA MAT. N° 53613**

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA, ESTADO DE GOIÁS, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A EMPRESA GOIASPAPER DISTRIBUIDORA LTDA, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATANTE:

O **MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA**, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Nirson Carneiro Lobo, 34, Centro, Luziânia, Estado de Goiás, através do **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, regularmente inscrito no CNPJ nº 32.531.313/0001-62, com sede na Rua Manoel Carvalho Rezende com Rua João Paulo, Quadra A, Centro, Luziânia/GO, CEP: 72.800-120, representado pela Secretaria Municipal de Educação (Decreto nº 139, de 26 de abril de 2024), a Senhora **MARIA LUIZA COSTA SAMPAIO LIMA**, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens, professora, portadora da Carteira de Identidade nº 735385, expedida pela SSP/DF e do CPF nº 355.938.141-04, residente e domiciliada na MS Itaipu, Rua 19, Casa 4, Lago Sul, Brasília-DF, CEP 71.680-373.

CONTRATADO:

A Empresa **GOIASPAPER DISTRIBUIDORA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 13.712.784/0001-22, com sede na Rua C-131, Nº 877, Quadra 258, Lote 1, Sala 1, Jardim América, CEP: 74.255-240, Goiânia/GO, neste ato representada por seu sócio, o Senhor **CAIO CESAR ALVES FONSECA**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 4750469, expedida pelo Órgão Emissor SSP-GO, inscrito no CPF sob nº 040.975.751-98, residente e domiciliado à Rua Lupus, S/N, Quadra N-1, Lote 9, Residencial Alphaville Flamboyant, Goiânia/GO, CEP: 74.884- 581.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Este contrato decorre da licitação realizada na modalidade de Ata de Registro de Preços nº. 026/25, Pregão Eletrônico nº. 026/25, homologado em 04/12/2025, regido pela Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 a Lei Complementar 123/06 com as alterações da LC 147/14 em sua redação vigente, que é parte integrante do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Aquisição de materiais de expediente e papelaria, para atender as necessidades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações contidas no termo de referência – anexo I do edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PROCEDIMENTOS E CRITERIOS E DOS LOCAIS PARA ENTREGA DOS SERVIÇOS:

2.1. A quantidade das aquisições listados abaixo será de acordo com a necessidade do **Fundo Municipal de Educação** e os mesmos deverão ser solicitados pelas equipes e em formulário próprio com timbre do Município.

2.2. A entrega deverá ser feita conforme previsto no Termo de Referência, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR:

3.1. O valor total deste contrato é de **R\$ 67.574,55 (sessenta e sete mil, quinhentos e setenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)**, sendo irreajustável, salvo em hipótese de reequilíbrio econômico.

3.2. Relação e quantidade e especificação do objeto:

ITEM	CÓDIGO	NOME DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	14156	ALMOFADA PARA CARIMBO N° 03, TAMANHO 6,7 X 11 CM, COR AZUL	UNIDADE	75	4,49	336,75
02	14156	ALMOFADA PARA CARIMBO N° 03, TAMANHO 6,7 X 11 CM, COR PRETA	UNIDADE	75	4,50	337,50
05	11451	APONTADOR DE LÁPIS ESCOLAR, EM METAL, COR PRATEADA, TAMANHO PEQUENO E SEM DEPÓSITO	UNIDADE	700	0,71	497,00
06	912	BORRACHA COMUM DE APAGAR, NÃO TÓXICA, COR BRANCA	UNIDADE	900	0,33	297,00
07	9815	CAIXA DE ARQUIVO MORTO EM PAPELÃO, COM IMPRESSÃO, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 250 MM DE ALTURA X 370 MM DE PROFUNDIDADE	UNIDADE	400	3,24	1.296,00
08	1129	CAIXA DE ARQUIVO MORTO DE 130 MM EM PLÁSTICO, COR AZUL, COM IMPRESSÃO	UNIDADE	400	4,11	1.644,00
12	5757	CANETA PARA RETROPROJETOR COR AZUL, COM PONTA MÉDIA DE 1,0 MM	UNIDADE	100	1,36	136,00
14	1619	MARCA TEXTO NAS CORES AMARELA, VERDE, LARANJA E ROSA FLUORESCENTE	UNIDADE	1.000	0,58	580,00
15	28546	CALCULADORA DE MESA NA COR PRETA, COM VISOR GRANDE DE 12 DIGITOS E FUNCIONAMENTO A BATERIA	UNIDADE	15	12,78	191,70
17	10731	CADERNO DE CAPA DURA COM 96	UNIDADE	700	3,98	2.786,00

		FOLHAS, TAMANHO PEQUENO				
19	9823	CLIPS EM ARAME DE AÇO COM ACABAMENTO NIQUELADO E TRATAMENTO ANTIFERRUGEM N° 02, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	CAIXA	700	1,90	1.330,00
21	10732	COLA BRANCA LÍQUIDA DE 90 GRAMAS, A BASE DE AGUA, LAVÁVEL E NÃO TOXICA	FRASCO	800	1,50	1.200,00
27	1132	EXTRATOR DE GRAMPO EM INOX, TIPO ESPATULA, COM TRATAMENTO SUPERFICIAL CROMADO	UNIDADE	100	1,20	120,00
28	31342	ENVELOPE PARDO 37 X 47 CM, TIPO SACO NATURAL	UNIDADE	5.000	0,84	4.200,00
29	1074	ESTILETE COM ESPESSURA DE 18 MM, CORPO EM PLÁSTICO	UNIDADE	190	1,56	296,40
30	11720	FITA DUREX TRTANSPARENTE EM ROLO, TAMNHO 12 MM X 30 METROS, INCOLOR	UNIDADE	300	1,20	360,00
31	11720	FITA DUREX TRANSPARENTE EM ROLO, TMANHO 19 MM X 50 METROS, INCOLOR	UNIDADE	300	2,72	816,00
32	5436	FITA CREPE 19 MM X 50 METROS EM ROLO	ROLO	400	3,99	1.596,00
33	5435	FITA EM PVC TRANSPARENTE EM ROLO, COM MEDIDA DE 45 MM X 45 METROS	ROLO	400	2,99	1.196,00
35	5436	FITA CREPE 48 MM X 50 METROS, EM PAPEL CREPADÔ BRANCO	ROLO	400	9,94	3.976,00
36	2752	FITA DÚPLA FACE EXTRA FORTE, COM FIXAÇÃO EXTREMA E PERMANENTE	UNIDADE	400	31,16	12.464,00
37	11656	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6, COR COBREADA, COM EXTRA PROTEÇÃO CONTRAOXIDAÇÃO	CAIXA	250	5,00	1.250,00
39	1078	GRAMPEADOR DE MESA GRANDE 26/6 26 OFFICE D 747 DESARTICULADO	UNIDADE	200	37,39	7.478,00
40	11657	LÁPIS PRETO DE GRAFITE REDONDO N° 02, APONTADO, CONFECIONADO EM MADEIRA SENTA DE NÓS	UNIDADE	1.250	0,19	237,50
41	9860	LIVRO DE PROTOCOLO DE CORRESPONDENCIA, COM CAPA DURA RESISTENTE E 50 FOLHAS	UNIDADE	50	10,08	504,00
42	1472	LIVRO DE PROTOCOLO DE CORRESPONDENCIA, COM CAPA DURA RESISTENTE E 100 FOLHAS	UNIDADE	50	9,92	496,00
44	1128	LIVRO DE ATA COM 100 FOLHAS	UNIDADE	200	9,57	1.914,00
45	10740	LIVRO DE ATA COM 200 FOLHAS	UNIDADE	100	19,84	1.984,00
46	1131	MOLHA DEDO TIPO PASTA PARA MANUSEIO DE PAPEIS	UNIDADE	50	1,59	79,50
53	5445	PASTA EM PLÁSTICO TRANSPARENTE COM ELÁSTICO E ABAS	UNIDADE	800	1,46	1.168,00
54	14208	PASTA EM PLÁSTICO TIPO L	UNIDADE	500	0,49	245,00
55	5447	PASTA PARA ARQUIVO A -Z, EM CARTÃO MACIÇO (LOMBO LARGO)	UNIDADE	300	10,30	3.090,00
56	11322	PASTA PARA ARQUIVO A -Z, EM CARTÃO MACIÇO (LOMBO FINO)	UNIDADE	100	10,17	1.017,00
57	5355	PASTA SUSPENSA MARMORIZADA, COR CASTANHO, COM MEDIDAS DE 36 X 24 CM	UNIDADE	1.000	2,00	2.000,00
58	11660	PASTA CATÁLOGO SANFONADA , COM DIMENSÕES DE 33 X 25 CM, CONTENDO 12 DIVISÓRIAS	UNIDADE	100	11,59	1.159,00
59	21090	PEN DRIVE 16 GB	UNIDADE	10	22,99	229,90
60	5761	PERFURADOR DE PAPEL MÉDIO, COM CAPACIDADE PARA PERFURAR ATÉ	UNIDADE	100	14,45	1.445,00

		20 FOLHAS				
61	5761	PERFURADOR DE PAPEL GRANDE, COM CAPACIDADE PARA PERFORAR ATÉ 60 FOLHAS	UNIDADE	10	92,99	926,60
64	649	PILHA COMUM TAMANHO MÉDIA 1,5 V	UNIDADE	100	4,34	434,00
66	10745	PINCEL ATÔMICO COR AZUL	UNIDADE	190	1,45	275,50
67	10747	PINCEL ATÔMICO COR VERMELHA	UNIDADE	190	1,45	275,50
68	10746	PINCEL ATÔMICO COR PRETA	UNIDADE	190	1,45	275,50
69	7780	TESOURA GRANDE COM PONTA DE 21 CM	UNIDADE	100	4,90	490,00
70	1474	TINTA PARA CARIMBO, COR AZUL	UNIDADE	45	2,90	130,50
71	9865	TINTA PARA CARIMBO, COR PRETA	UNIDADE	45	3,04	136,80
72	26354	TINTA PARA CARIMBO COR VERMELHA	UNIDADE	30	3,89	116,70
73	1473	PRANCHETA DE MDF TAMANHO A4	UNIDADE	90	5,99	539,10
75	10749	REGUA DE 60 CM EM POLIESTIRENO CRISTAL	UNIDADE	20	4,89	97,80
78	5503	COLA EM BASTÃO DE 21 GRAMAS	UNIDADE	175	1,49	260,75
80	16315	BARBANTE DE ALGODÃO CRU, 12 MM DE ESPESSURA, 50 G, COM 82 METROS	UNIDADE	05	4,98	24,90
82	2304	BASTÃO DE COLA QUENTE, 11 MM DE DIAMETRO, TAMANHO PEQUENO	UNIDADE	50	0,83	41,50
84	1303	CARTOLINA PARA PAPELARIA, TAMANHO 0,66 X 0,50 M, NA COR AMARELA	UNIDADE	250	0,69	172,50
85	1303	CARTOLINA PARA PAPELARIA, TAMANHO 0,66 X 0,50 M, NA COR AZUL CLARO	UNIDADE	250	0,78	195,00
86	1303	CARTOLINA PARA PAPELARIA, TAMANHO 0,66 X 0,50 M, NA COR AZUL ESCURO	UNIDADE	250	0,83	207,50
88	1303	CARTOLINA PARA PAPELARIA, TAMANHO 0,66 X 0,50 M, NA COR MARRON	UNIDADE	100	0,83	83,00
89	1303	CARTOLINA PARA PAPELARIA, TAMANHO 0,66 X 0,50 M, NA COR PRETA	UNIDADE	100	0,84	84,00
92	1303	CARTOLINA PARA PAPELARIA, TAMANHO 0,66 X 0,50 M, NA COR VERDE ESCURO	UNIDADE	50	0,84	42,00
93	1303	CARTOLINA PARA PAPELARIA, TAMANHO 0,66 X 0,50 M, NA COR VERMELHA	UNIDADE	50	0,84	42,00
96	29095	PAPEL CELOFONE TRANSPARENTE, COM DIMENSÕES DE 85 X 100 CM	UNIDADE	50	0,89	44,50
110	1068	FITILHO DE PLÁSTICO NA COR AMARELA, COM 50 METROS DE COMPRIMENTO	UNIDADE	15	1,49	22,35
111	1068	FITILHO DE PLÁSTICO NA COR BRANCA, COM 50 METROS DE COMPRIMENTO	UNIDADE	15	1,49	22,35
112	1068	FITILHO DE PLÁSTICO NA COR PRETA, COM 50 METROS DE COMPRIMENTO	UNIDADE	15	1,49	22,35
113	1068	FITILHO DE PLÁSTICO NA COR ROSA, COM 50 METROS DE COMPRIMENTO	UNIDADE	15	1,49	22,35
114	1068	FITILHO DE PLÁSTICO NA COR VERDE, COM 50 METROS DE COMPRIMENTO	UNIDADE	15	1,49	22,35
115	1068	FITILHO DE PLÁSTICO NA COR VERMELHA, COM 50 METROS DE COMPRIMENTO	UNIDADE	15	1,49	22,35
117	30422	PAPEL FOTOGRÁFICO BRILHO AUTOADESIVO A 4, GRAMATURA	PACOTE	65	24,78	1.610,70

		115G, PACOTE COM 50 FOLHAS				
125	7772	PISTOLA DE COLA QUENTE GRANDE	METRO	15	16,38	245,70
126	7772	PISTOLA DE COLA QUENTE PEQUENA	METRO	15	11,99	179,85
127	1080	TNT GROSSO CORES VARIADAS	METRO	50	1,10	55,00
128	1080	TNT GROSSO ESTAMPADO COR AMARELO	METRO	50	1,11	55,50
129	1080	TNT GROSSO ESTAMPADO COR AZUL CLARO	METRO	50	1,11	55,50
130	1080	TNT GROSSO ESTAMPADO COR AZUL ESCURO	METRO	50	1,10	55,00
131	1080	TNT GROSSO ESTAMPADO COR BRANCA	METRO	50	1,10	55,00
132	1080	TNT GROSSO ESTAMPADO COR PRETO	METRO	50	1,11	55,50
133	1080	TNT GROSSO ESTAMPADO COR ROSA	METRO	50	1,11	55,50
134	1080	TNT GROSSO ESTAMPADO COR VERDE CLARO	METRO	50	1,10	55,00
135	1080	TNT GROSSO ESTAMPADO COR VERDE ESCURO	METRO	50	1,10	55,00
136	1080	TNT GROSSO ESTAMPADO COR VERMELHO	METRO	50	1,10	55,00
TOTAL GERAL						RS 67.574,55

CLÁUSULA QUARTA- DO FATURAMENTO E PAGAMENTO (art. 92, inc. V e VI):

4.1. Os pagamentos serão realizados mediante apresentação de nota fiscal, contendo:

- a) Data de emissão;
- b) Dados cadastrais da empresa;
- c) Estar endereçada ao **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, regularmente inscrito no CNPJ nº 32.531.313/0001-62, com sede na Rua Manoel Carvalho Rezende com Rua João Paulo, Quadra A, Centro, Luziânia/GO, CEP: 72.800-120.
- d) Valor unitário;
- e) Valor total;
- f) A especificação dos serviços/itens entregues;
- g) Menção ao presente procedimento licitatório e ao respectivo contrato.

4.2. O fiscal do contrato somente atestará o recebimento dos serviços/itens e liberará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento quando devidamente cumpridas pela Contratada, todas as condições pactuadas.

4.3. Para habilitar-se ao pagamento a CONTRATADA deverá protocolar na Prefeitura Municipal de Luziânia/Goiás, Nota Fiscal/Fatura, especificando os serviços, seus quantitativos e seus correspondentes valores em moeda corrente nacional, devendo estar formalmente atestado pelo servidor designado para tal.

4.4. Os pagamentos serão efetuados com até 30 dias corridos, contados após a data de protocolização.

4.5. Caso a proponente não protocolize seu pedido de pagamento nos prazos avençados, reserva-se o CONTRATANTE o direito de pagar o valor da Nota Fiscal/Fatura, somente no mês subsequente sem alteração de valor, ou aplicação de qualquer cominação legal.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1. A despesa decorrente do presente Contrato no valor de **R\$ 67.574,55 (sessenta e sete mil, quinhentos e setenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)**, está empenhada sob a Dotação Orçamentária abaixo, autorizada pela Lei nº 4.777 de 16 de outubro de 2025:
2026.10.1001.12.361.0107.2668 – Manutenção das Escolas da Rede Municipal de Ensino
– Dotação Compactada: **2026.0988** – Natureza da Despesa: **339030** – Sub Natureza: **16 (Material de Expediente)** – Fonte: **101** – Cotação: **52415** – Autorização de Empenho: **117047** – Nota de Empenho: **414**.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES, MULTAS E OBRIGAÇÕES:

6.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. As peculiaridades do caso concreto;
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedural e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

6.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Dos Direitos e Responsabilidade:

6.10 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

6.10.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

6.10.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

6.10.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

6.10.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregado.

6.10.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

6.10.6. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

6.10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

6.10.8. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

6.11. Este CONTRATO poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos:

6.11.1. Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

- a) Quando houver modificações do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica dos seus objetivos;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos em Lei;

6.11.2. Por acordo das partes:

- a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução;

- b) Quando necessária à modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obras ou serviços;
- d) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviços ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio, configurando área econômica extraordinária e extracontratual.

6.11.3. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do CONTRATO, obedecendo os termos do Art. 125 da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

6.11.4. Se neste CONTRATO não houver sido contemplado preços unitários, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no item anterior.

6.11.5. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

6.11.6. Em havendo alteração unilateral do CONTRATO, que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

6.12. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.13. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.14. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.15. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.16. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.17. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.18. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CASOS DE EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

7.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

7.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

7.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

7.3. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

7.3.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

7.3.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido.

7.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

7.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

7.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

7.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

7.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

7.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

7.5.3. Indenizações e multas.

7.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

8.1. O presente Contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo CONTRATANTE na pessoa do Gestor, ou por acordo, na forma da Lei;

8.2. As alterações serão processadas através de Termo Aditivo, nos termos do Art. 124, obedecendo os limites permitidos no Art. 125, ambos da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO:

9.1. O CONTRATANTE nomeou, através da Portaria nº 887 de outubro de 2025, a servidora **LETÍCIA DOS SANTOS LIMA**, portadora da matrícula nº 54962, para função de Fiscal do Contrato com a finalidade de acompanhar a execução do objeto, **bem como a vigência do contrato** e ainda, prestar as informações cabíveis.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA:

10.1. O prazo de vigência será de **12 (doze) meses** a partir de sua assinatura, ou seja, **de 14 de janeiro de 2026 a 13 de janeiro de 2027**, condicionada a eficácia a partir da publicação no placar da municipalidade, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO:

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de LUZIÂNIA, Estado de Goiás, com renúncia de qualquer outra por mais privilegiada que seja para dirimir as causas resultantes deste instrumento.

11.2. As partes declaram estar de pleno acordo com as condições do contrato, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que abaixo identificam-se e assinam.

Luziânia/GO, 14 de janeiro de 2026.

MARIA LUIZA COSTA S. LIMA
Pelo Contratante

CAIO CESAR ALVES FONSECA
Pela Contratada

LETÍCIA DOS SANTOS LIMA
Fiscal do Contrato

Testemunhas:

Bárbara Roriz Braz
CPF: 042.936.851-89

Júlia Alves dos Santos
CPF: 082.624.311-89